

09.2050  
10/3/98 7  
298

TEMA EM DEBATE: Amazonia

# Amazônia, um bem da vida

GUSTAVO KRAUSE

Muda a percepção da Amazônia. Da parte da imprensa, a série de reportagens do GLOBO revogou o simplismo. Jogou na cesta de lixo as versões fúteis dos releases. Deu um tratamento majestático a Sua Excelência o fato. A abordagem é consistente e reveladora de uma complexidade geralmente banalizada pela lei do menor esforço.

Da parte da comunidade internacional, já não se sustenta a visão edênica da floresta tropical santuário intocável, funcionando para o planeta como fator do equilíbrio climático. Lá existe muita gente querendo viver dignamente. Tanto o G7 como as instituições financeiras multilaterais têm mudado o tom preservacionista da conversa. Ali, sob a floresta, estão os fundamentos de uma civilização sustentável de biomassa.

Da parte da comunidade nacional, a democracia política e a emergência de uma sociedade civil participativa e vigilante colocam, por meio de seus mecanismos de controle e expressão social, no centro do palco, o amazônida e as populações tradicionais como agentes e beneficiários do desenvolvimento da região.

Por outro lado, as preocupações am-

bientais associadas aos avanços da pesquisa científica ampliam as oportunidades e realçam novas possibilidades econômicas coerentes com as forças endógenas da região.

Da parte do Governo, também se operam mudanças significativas na abordagem da região. Neste sentido, o presidente Fernando Henrique tem firmemente demonstrado que governar é liderar um processo de profundas transformações, dá rumo a um projeto de nação e operar transições.

A mais profunda e complexa das transições é a que leva uma sociedade estruturada em bases insustentáveis para uma sociedade organizada em bases sustentáveis.

Dentro desta perspectiva está situado o Projeto Amazônico. Tudo começa na capacidade de monitorar, com preci-

são e atualidade, o espaço regional. É o papel do Inpe e será a missão do Sivam. Foi com transparência que o Governo atualizou dados sobre desflorestamento, defasados desde 1992, e, com isto, passou a ter a exata dimensão do problema; passou a dispor de subsídios para dar consistência às políticas públicas; e gerou a possibilidade de enfrentar causas ao invés de perseguir atabalhoadamente efeitos.

Advêm, daí, duas ordens de medidas. As medidas restritivas relacionadas com o controle, com normas e o exercício do poder de polícia (MP 1.511, Lei de Crimes Ambientais, Decreto de

Moratória do Mogno, grandes operações de fiscalização); medidas indutoras de novas oportunidades, dentro de uma agenda positiva, e onde se incluem a convergência e a integração de políticas públicas, tradicionalmente conflitantes e, não raro, caminhando em direção oposta à sustentabilidade.

Para perceber esta mudança basta prestar atenção à lógica predominante nas propostas do Governo, por ocasião do anúncio das taxas de desflorestamento, que compatibilizam medidas de política ambiental como polícia agrícola (ampliação do Pro-naf, Plano de Desenvolvimento Agrícola

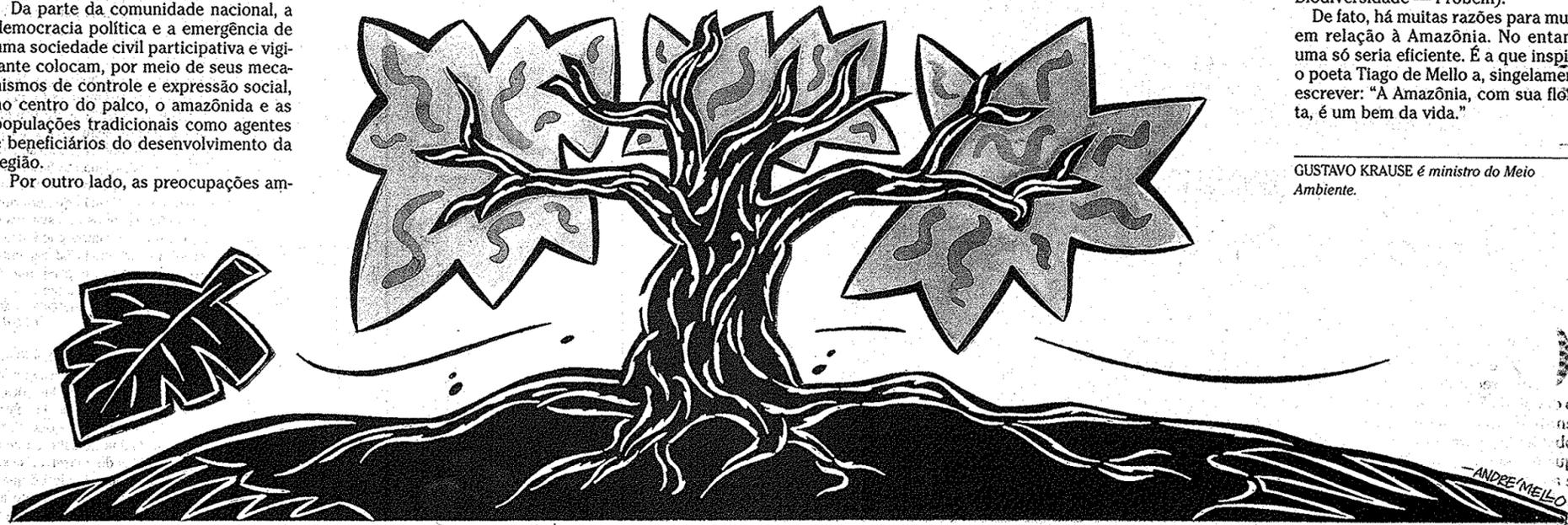
de Áreas Degradadas); com política fundiária (assentamentos e áreas degradadas, alteração de critérios para caracterizar a posse da terra); com políticas de economia florestal (um conjunto de medidas tendentes a criar a escassez, organizar o mercado e aprimorar a tecnologia de manejo para exploração sustentável das florestas).

Para finalizar, dois registros: o primeiro diz respeito aos enormes avanços do Programa Piloto (PP/G-7), o que aponta para uma segunda fase mais ambiciosa; o segundo refere-se à indução e ao apoio do Governo às atividades sustentáveis na região (o extrativismo via linha de crédito no Basa — o Prodex — a Política da Borracha, o Proecotur, a ser financiado no valor de 200 milhões pelo BID, pesca amadora, o incipiente, porém estruturador, Programa de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade — Probem).

De fato, há muitas razões para mudar em relação à Amazônia. No entanto, uma só seria eficiente. É a que inspirou o poeta Tiago de Mello a, singelamente, escrever: "A Amazônia, com sua floresta, é um bem da vida."

GUSTAVO KRAUSE é ministro do Meio Ambiente.

... governar é liderar um processo de profundas transformações



## Um freio à devastação

ALFREDO SIRKIS

A excelente série de reportagens do GLOBO revela o fracasso retumbante do Estado brasileiro e da própria sociedade na reversão dessa corrida para a destruição que promete à Amazônia o mesmo destino da Mata Atlântica e das florestas tropicais do Sudoeste da Ásia, cujas empresas madeireiras agora se instalaram aqui com armas e bagagens.

A dez anos do assassinato de Chico Mendes e do escândalo internacional decorrente, nada é capaz de afastar essa horrenda sensação de que talvez ele tenha morrido em vão. O relatório da CPI da Câmara dos Deputados sobre a Amazônia, presidida pelo deputado Gilney Viana (PT), da qual participou também o deputado Fernando Gabeira (PV), chegou a conclusões assustadoras e fez recomendações drásticas à altura do problema, como a moratória de extração madeireira por dez anos. O relatório final sofre pressão do poderoso lobby parlamentar dos devastadores amazônicos e, por outro, dos defensores dos desmatadores "de esquerda", setores do PT e do MST, que tentaram expurgar do relatório referências aos sem-terra que o Governo, preguiçosa e insensatamente, assentou na Amazônia, em terras de vocação agrícola, é questionável, no afã de uma reforma agrária "indolor" alternativa a uma solução mais próxima aos grandes centros, em

terras de melhor qualidade, vinculada a uma política agrícola, consistente, que evitasse transformar o assentado num favelado rural ou num lenhador efêmero.

Vamos chegar a ver um coro uníssono, dos grandes madeireiros e pecuaristas às lideranças dos sem-terra, justificando a necessidade de se devastar a Amazônia por imperativo social, como única fonte de trabalho e renda para os pobres da região?

O relatório da CPI e as citadas reportagens mostram claramente como o ganho econômico e os avanços sociais vinculados a esse tipo de atividade são efêmeros e perversos: a péssima qualidade do pasto, o baixo preço e o enorme desperdício da madeira extraída, as dificuldades para a exploração agrícola, os ganhos econômicos e sociais predatórios, de curtíssimo prazo, sem sustentabilidade, que vaticinam uma catástrofe de implicações planetárias, ainda no horizonte de vida de nossos filhos e netos. Isso sem falar do drama atual, das cidades infestadas de fumaça, dos aeroportos fechados, das culturas tradicionais destruídas, da biodiversidade exterminada.

Justificar essa fumegante e sangrenta esculhambação ambiental pela "necessidade do caboclo", como afirma certos membros do Governo, é semelhante àquela velha balela, condescendente com a criminalidade, de que o meliante precisaria assaltar para comer. O cha-

mado "mercado negro" da retirada ilegal da madeira é uma forma de banditismo e como tal precisa ser tratada. Com repressão.

Por outro lado, o Governo precisa rever todo o seu sistema de financiamentos diretos e indiretos para deixar de bancar a devastação com dinheiro do contribuinte e começar a viabilizar um ciclo econômico sustentável de extrativismo não-predatório, ecoturismo e exploração inteligente das imensas possibilidades vinculadas à biodiversidade. Precisa implementar o zoneamento ecológico e econômico da região e, sobretudo, estimular outras alternativas econômicas, inclusive nas cidades amazônicas.

Existe, em tese, a possibilidade de exploração sustentável da madeira, como também da mineração, mas é preciso que se diga, em alto e bom som, que ela é totalmente inviável no atual contexto político local, no presente estado de coisas institucional, psicossocial, cultural e técnico da região. Sem fiscalização eficaz, sem empresas minimamente responsáveis, sem instituições locais confiáveis, sem conscientização, sem organização social, num contexto totalmente dominado pelo coronelismo truculento e a corrupção, qualquer idéia de manejo sustentá-

vel, quer em áreas particulares quer em concessões, no interior de florestas nacionais é empulhação e propaganda enganosa.

Atualmente o Ibama não tem, nem de longe, os meios e, muito raramente, a vontade política necessária para fazer frente à situação. Com poucas e honradas exceções, as suas superintendências regionais se encontram loteadas com a base de sustentação local do Governo, quase sempre vinculada aos interesses devastadores.

O que cabe neste momento, na Amazônia, é um bom "freio de arrumação". A moratória proposta na versão original do relatório da CPI pode ser esse breque providencial. Eventualmente certas regiões poderiam ser dela excluídas. Mas é necessário um tratamento de choque. No terreno isso se traduz, sem meias palavras, por uma estratégia de repressão combinada com uma assistência direta do poder público aos socialmente atingidos, com a criação de um subsídio para a emigração ou mudança de atividade. Podem ser criadas frentes de trabalho, onde os atuais cortadores de árvores sejam remunerados para recuperar áreas degradadas. É necessário quantificar essa ação e definir as zonas prioritárias. Salvar a Amazônia, permi-

... o Ibama não tem (...) os meios (...) para fazer frente à situação

tando ganhar tempo para um futuro desenvolvimento sustentável, certamente não sairá mais caro do que salvar um punhado de bancos falidos. Recursos internacionais seriam mais facilmente captados e mais bem gastos nesse contexto.

É dever constitucional do presidente solicitar o concurso das Forças Armadas para deter a destruição desta parte ameaçada da pátria que é o ecossistema amazônico. Das instituições nacionais apenas elas têm a capacidade operacional para monitorar e controlar uma região tão vasta. Embora enfraquecidos pelos vetos presidenciais à recente lei de crimes ambientais, há instrumentos legais suficientes para uma ação desse tipo que precisa estar vinculada à Justiça federal. Essas operações devem abranger a proteção à fiscalização do Ibama, reforçada por outros órgãos, a dissuasão à eventual resistência das máfias locais, a destruição, no próprio local, de todos os equipamentos e maquinário usados na devastação ilegal, a prisão dos responsáveis. São ações de restabelecimento da autoridade pública sobre algo que se transformou, por incompetência e omissão do Governo e cumplicidade do poder local, num horror que não pode mais continuar apenas sendo descrito e retratado. Precisa ser contido, urgentemente.

ALFREDO SIRKIS é presidente nacional do Partido Verde (PV).